

FALE COM A GENTE!

Editores Bruno Rios, Marcelo Luis,
Rafael Motta e Ronaldo Abreu Vaio
E-mail: cidades@atribuna.com.br
Telefone 2102-7157

DESTAQUE DO DIA

PANDEMIA

CIDADES

Corte de salário será permitido

Para manter empregos em meio à pandemia do coronavírus, Governo revê relações de trabalho; Câmara aprova calamidade pública

DA REDAÇÃO E DO ESTADÃO CONTEÚDO

O Governo Federal elaborou um pacote econômico que dará às empresas a possibilidade de cortar em até 50% a jornada de trabalho e o salário dos seus empregados. A medida faz parte do programa antidesemprego, anunciado ontem e que consta no plano anticoronavírus, lançado pela União para frear os efeitos da pandemia na economia brasileira. O número de mortos pela doença no País chegou a quatro. Todos em São Paulo.

O programa flexibilizará as regras trabalhistas para tentar evitar que as empresas demitam em massa. O corte de salário e de jornada será permitido mediante acordo individual com os trabalhadores. A remuneração mínima será o salário mínimo (R\$ 1.045,00).

Uma medida provisória será enviada ao Congresso Nacional para que, durante a crise, trabalhador e em-

pregador possam fazer acordos individuais. Outra novidade é que também será permitida a suspensão do contrato de trabalho temporariamente, com manutenção de 50% do salário.

"É preciso haver instrumentos para que empresas e empregados consigam superar esses momentos de turbulência, até chegarmos ao momento pós-pandemia e a economia voltar a se estabilizar", disse o secretário de Trabalho, Bruno Dalcom.

BENEFÍCIOS

Também ontem, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) participou de uma coletiva em que foi garantido o pagamento de um auxílio emergencial para trabalhadores informais.

De acordo com o Ministério da Economia, o benefício será de R\$ 200,00 mensais, válido por três meses, para um universo entre 15 e



Bolsonaro disse não descartar pegar metrô lotado em São Paulo para mostrar que está "ao lado do seu povo"

20 milhões de pessoas com mais de 18 anos. Não será permitido acumular o auxílio

emergencial com outros benefícios, como aposentadoria e seguro-desemprego.

HISTERIA

Após ter classificado como "histeria" as reações ao

avanço do novo coronavírus no País, o presidente afirmou que tudo que fez foi voltado a levar tranquilidade para o povo brasileiro. Ele participou da coletiva de ontem com uma máscara. "É grave, é preocupante, mas não chega ao campo da histeria e da comoção social".

CALAMIDADE

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem à noite, o projeto de decreto legislativo que reconhece a ocorrência de calamidade pública no País até 31 de dezembro por causa da pandemia do coronavírus. O Senado deve analisar o texto na semana que vem.

Se houver uma nova aprovação, o Governo Federal ficará liberado do cumprimento da meta fiscal e poderá destinar mais verbas ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.